

XIV

O OLHO DO PODER

Jean-Pierre Barou: O *Panopticon* de Jeremy Bentham foi editado no final do século XVIII, mas continuou desconhecido; entretanto, você escreveu frases surpreendentes a seu respeito, como: “Um acontecimento na história do espírito humano”, “Um tipo de ovo de Colombo na ordem da política”. Quanto a seu autor, Jeremy Bentham, um jurista inglês, você o apresentou como o “Fourier de uma sociedade policial”¹. Para nós, o mistério é total. Como você descobriu o *Panopticon*?

Michel Foucault: Estudando as origens da medicina clínica; eu havia pensado em fazer um estudo sobre a arquitetura hospitalar na segunda metade do século XVIII, época do grande movimento de reformas das instituições médicas. Eu queria saber como o olhar médico havia se institucionalizado; como ele se havia inscrito efetivamente no espaço social; como a nova forma hospitalar era ao mesmo tempo o efeito e o suporte de um novo tipo de olhar. E, examinando os diferentes projetos arquitetônicos elaborados depois do segundo incêndio do *Hôtel-Dieu*, em 1772, percebi até que ponto o problema da vi-

¹ Michel Foucault situa assim o *Panopticon* e Jeremy Bentham em seu livro: *Surveiller et punir*, Gallimard, 1976 (traduzido pela Ed. Vozes com o título *Vigiar e punir*, 1978).

sibilidade total dos corpos, dos indivíduos e das coisas para um olhar centralizado havia sido um dos princípios diretores mais constantes. No caso dos hospitais, este problema apresentava uma dificuldade suplementar: era preciso evitar os contatos, os contágios; as proximidades e os amontoamentos, garantindo a ventilação e a circulação do ar; ao mesmo tempo dividir o espaço e deixá-lo aberto, assegurar uma vigilância que fosse ao mesmo tempo global e individualizante, separando cuidadosamente os indivíduos que deviam ser vigiados. Durante muito tempo acreditei que estes eram problemas específicos da medicina do século XVIII e de suas crenças.

Em seguida, estudando os problemas da penalidade, me dei conta de que todos os grandes projetos de reorganização das prisões (que, além disso, datam de um pouco mais tarde, da primeira metade do século XIX) retomavam o mesmo tema, mas já sob a influência, quase sempre explicitada, de Bentham. Eram poucos os textos, os projetos referentes às prisões em que o "troço" de Bentham não se encontrasse: Ou seja, o "panopticon".

O princípio é: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia.

Mas é impressionante constatar que, muito antes de Bentham, já existia a mesma preocupação. Parece que um dos primeiros modelos desta visibilidade isolante foi colocado em prática nos dormitórios da Escola Militar de Paris, em 1751. Cada aluno devia dispor de uma cela envidraçada onde ele podia ser visto durante a noite sem ter nenhum contato com seus colegas, nem mesmo com os empregados. Exista além disso um mecanismo muito complicado que tinha como único objetivo evitar que o cabeleireiro tocasse fisicamente o pensionista quando fosse penteá-lo; a cabeça do aluno passava por um tipo de lucerna, o corpo ficando do outro lado de uma divisão de vidro que permitia ver tudo o que se passava. Bentham contou que foi seu

irmão que, visitando a Escola Militar, teve a idéia do panopticon. De qualquer forma, o tema está no ar. As realizações de Claude-Nicolas Ledoux, especialmente a salina que ele construiu em Arc-et-Senans, procuram atingir o mesmo efeito de visibilidade, mas com um elemento suplementar: a existência de um ponto central que deve ser o local de exercício do poder e, ao mesmo tempo, o lugar de registro do saber. Mas, se a idéia do panopticon é anterior a Bentham, na verdade foi Bentham que realmente a formulou. E batizou. A própria palavra "panopticon" é fundamental. Designa um princípio de conjunto. Sendo assim, Bentham não imaginou simplesmente uma figura arquitetural destinada a resolver um problema específico, como o da prisão, o da escola ou o dos hospitais. Ele anuncia uma verdadeira invenção que ele diz ser o "ovo de Colombo". E, na verdade, é aquilo que os médicos, os penalistas, os industriais, os educadores procuravam que Bentham lhes propõe: ele descobriu uma tecnologia de poder própria para resolver os problemas de vigilância. Algo importante a ser assinalado: Bentham pensou e disse que seu sistema ótico era a grande inovação que permitia exercer bem e facilmente o poder. Na verdade, ela foi amplamente utilizada depois do final do século XVIII. Mas os procedimentos de poder colocados em prática nas sociedades modernas são bem mais numerosos, diversos e ricos. Seria falso dizer que o princípio da visibilidade comanda toda a tecnologia do poder desde o século XIX.

Michelle Perrot: Passando pela arquitetural! O que pensar, além disso, da arquitetura como modo de organização política? Afinal de contas, tudo é espacial, não só mentalmente, mas também materialmente neste pensamento do século XVIII.

M.F.: Parece-me que, no final do século XVIII, a arquitetura começa a se especializar, ao se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo. Outrora, a arte de construir respondia sobretudo à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. O palácio e a igreja constituíam as grandes formas, às quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se Deus. A arquitetura durante muito tempo se desenvolveu em torno destas exigências. Ora, no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos.

Aparece uma arquitetura específica. Philippe Ariès escreveu coisas que me parecem importantes a respeito do fato de a casa, até o sé-

culo XVIII, continuar sendo um espaço indiferenciado. Existem pe-
ças: nelas se dorme, se come, se recebe, pouco importa. Depois, pou-
co a pouco, o espaço se especifica e torna-se funcional. Nós temos
um exemplo disto na edificação das cidades operárias dos anos 1830-
1870. A família operária será fixada; será prescrito para ela um tipo
de morabilidade, através da determinação de seu espaço de vida, com
uma peça que serve como cozinha e sala de jantar, o quarto dos pais
(que é o lugar da procriação) e o quarto das crianças. Às vezes, nos
casos mais favoráveis, há o quarto das meninas e o quarto dos meni-
nos. Seria preciso fazer uma "história dos espaços" – que seria ao
mesmo tempo uma "história dos poderes" – que estudasse desde as
grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do *habitat*,
da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospi-
talar, passando pelas implantações econômico-políticas. É surpreen-
dente ver como o problema dos espaços levou tanto tempo para apa-
recer como problema histórico-político: ou o espaço era remetido à
"natureza" – ao dado, às determinações primeiras, à "geografia fisi-
ca", ou seja, a um tipo de camada "pré-histórica", ou era concebido
como local de residência ou de expansão de um povo, de uma cultu-
ra, de uma língua ou de um Estado. Em suma, analisava-se o espaço
como *solo* ou como *ar*; o que importava era o *substrato* ou as *frontei-
ras*. Foi preciso Marc Bloch e Fernand Braudel para que se desenvol-
vesse uma história dos espaços rurais ou dos espaços marítimos. É
preciso dar continuidade a ela e não ficar somente dizendo que o es-
paço pré-determina uma história que por sua vez o modifica e que se
sedimenta nele. A fixação espacial é uma forma econômico-política
que deve ser detalhadamente estudada.

Entre as razões que fizeram com que durante tanto tempo hou-
vesse uma certa negligência em relação aos espaços, eu citarei apenas
uma, que diz respeito ao discurso dos filósofos. No momento em que
se começava a desenvolver uma política sistemática dos espaços (no
final do século XVIII), as novas aquisições da física teórica e experi-
mental desalojavam a filosofia de seu velho direito de falar do mun-
do, do *cosmos*, do espaço finito ou infinito. Este duplo assenhora-
mento do espaço por uma tecnologia política e por uma prática
científica lançou a filosofia em uma problemática do tempo. A partir
de Kant, cabe ao filósofo pensar o tempo. Hegel, Bergson, Heidegger.
Com uma desqualificação correlata do espaço, que aparece do lado
do entendimento, do analítico, do conceitual, do morto, do imóvel,
do inerte. Lembro-me de ter lido, há uns dez anos, destes proble-
mas de uma política dos espaços e de me terem respondido que era

bastante reacionário insistir tanto sobre o espaço e que o tempo, o
projeto, era a vida e o progresso. É preciso dizer que esta censura foi
feita por um psicólogo – verdade e vergonha da filosofia do século
XIX.

M.P.: Parece-me que a noção de sexualidade é muito importante.
Você mostrou isso no caso da vigilância entre os militares, problema
que aparece novamente em relação à família; sem dúvida, é funda-
mental.

M.F.: Certamente. Nestes temas de vigilância, e particularmente de
vigilância escolar, parece que os controles da sexualidade se inscre-
vem na arquitetura. No caso da Escola Militar, a luta contra a ho-
mossexualidade e a masturbação é contada pelas próprias paredes.

M.P.: Ainda a respeito da arquitetura, não lhe parece que pessoas
como os médicos, que tiveram uma participação social considerável
no final do século XVIII, desempenharam um papel mais ou menos
de organizadores do espaço? A higiene social nasce nesta época; em
nome da limpeza, da saúde, controla-se a alocação de uns e de ou-
tros. E os médicos, com o renascimento da medicina hipocrática, es-
tão entre os mais sensibilizados pelo problema do ambiente, do lu-
gar, da temperatura, dados que encontramos na investigação de Ho-
ward sobre as prisões?

M.F.: Nesta época os médicos eram, de certa forma, especialistas do
espaço. Eles formulavam quatro problemas fundamentais: o das lo-
calizações (climas regionais, natureza dos solos, umidade e secura;
sob o nome de "constituição", eles estudavam esta combinação dos
determinantes locais e das variações sazonais que favorece em dado
momento determinado tipo de doença); o das coexistências (seja dos
homens entre si: questão da densidade e da proximidade; seja dos ho-
mens e das coisas: questão das águas, dos esgotos, da ventilação; seja
dos homens e dos animais: questão dos matadouros, dos estábulos;
seja dos homens e dos mortos: questão dos cemitérios); o das mora-

2 John Howard torna públicos os resultados de sua investigação em sua obra: *The State of the Prisons in England and Wales, with Preliminary Observations and an Account of some Foreign Prisons and Hospitals* (1777).

dias (*habitat*, urbanismo); o dos deslocamentos (migração dos homens, propagação das doenças). Eles foram, juntamente com os militares, os primeiros administradores do espaço coletivo. Mas os militares pensavam sobretudo o espaço das "campanhas" (portanto das "passagens") e o das fortalezas; já os médicos pensaram sobretudo o espaço das moradias e o das cidades. Não sei mais quem procurou em Montesquieu e em Auguste Comte as grandes etapas do pensamento sociológico. Isto é ignorância. O saber sociológico se constituiu sobretudo em práticas como a dos médicos. Guépin, logo no começo do século XIX, fez uma análise meticulosa da cidade de Nantes.

Na verdade, se a intervenção dos médicos foi tão importante na época, foi porque foi exigida por um conjunto de problemas políticos e econômicos novos: importância dos fatos de população.

M.P.: Além disso, é impressionante a questão do número de pessoas na reflexão de Bentham. Em muitos momentos ele diz ter resolvido os problemas de disciplina que existem quando um grande número de pessoas está nas mãos de um pequeno número.

M.F.: Como seus contemporâneos, ele se defrontou com o problema da acumulação dos homens. Mas enquanto os economistas colocavam o problema em termos de riqueza (população-riqueza, na medida em que era mão-de-obra, origem de atividade econômica, consumo; e população-pobreza, na medida em que era excedente ou desocupada), ele coloca a questão em termos de poder: a população como *alvo* de relações de dominação. Acho que se pode dizer que os mecanismos de poder, que funcionavam mesmo em uma monarquia administrativa tão desenvolvida quanto a monarquia francesa, tinham muitas brechas: sistema lacunar, aleatório, global, se preocupando pouco com o detalhe, exercendo-se sobre grupos solidários ou praticando o método do exemplo (como se pode ver bem no caso do fisco ou da justiça criminal), o poder tinha pouca capacidade de "resolução", como se diria em termos de fotografia; ele não era capaz de praticar uma análise individualizante e exaustiva do corpo social. Ora, as mudanças econômicas do século XVIII tornaram necessário fazer circular os efeitos do poder, por canais cada vez mais suítes, chegando até os próprios indivíduos, seus corpos, seus gestos, cada um de seus desempenhos cotidianos. Que o poder, mesmo tendo uma multiplicidade de homens a gerir, seja tão eficaz quanto se ele se exercesse sobre um só.

M.P.: O crescimento demográfico do século XVIII certamente contribuiu para o desenvolvimento de um tal poder.

J.-P.B.: Não é então impressionante saber que a Revolução Francesa, em pessoas como La Fayette, acolheu favoravelmente o projeto do panopticon? Sabe-se que Bentham adquiriu o título de "cidadão francês" em 1791 por sua influência.

M.F.: Eu diria que Bentham é o complemento de Rousseau. Na verdade, qual é o sonho rousseauiano presente em tantos revolucionários? O de uma sociedade transparente, ao mesmo tempo visível e legível em cada uma de suas partes; que não haja mais nela zonas obscuras, zonas reguladas pelos privilégios do poder real, pelas prerrogativas de tal ou tal corpo ou pela desordem; que cada um, do lugar que ocupa, possa ver o conjunto da sociedade; que os corações se comuniquem uns com os outros, que os olhares não encontrem mais obstáculos, que a opinião reine, a de cada um sobre cada um. Starobinski escreveu páginas muito interessantes a este respeito em *La Transparence et l'Obstacle e L'Invention de la liberté*.

Bentham é ao mesmo tempo isto e o contrário. Ele coloca o problema da visibilidade, mas pensando em uma visibilidade organizada inteiramente em torno de um olhar dominador e vigilante. Ele faz funcionar o projeto de uma visibilidade universal, que agiria em proveito de um poder rigoroso e metucioso. Sendo assim, ao grande tema rousseauiano – que de certa forma representa o lirismo da Revolução – articula-se a idéia técnica do exercício de um poder "omnivalente", que é a obsessão de Bentham; os dois se complementam e o todo funciona: o lirismo de Rousseau e a obsessão de Bentham.

M.P.: Existe esta frase no *Panopticon*: "cada camarada torna-se um vigia".

M.F.: Rousseau sem dúvida teria dito o contrário: que cada vigia seja um camarada. Veja *Émile*: o preceptor de Émile é um vigia; é preciso que ele seja também um camarada.

J.-P.B.: Não somente a Revolução Francesa não faz uma leitura semelhante à que hoje nós fazemos, mas ela até encontra no projeto de Bentham objetivos humanitários.

M.F.: Exatamente. Quando a Revolução se questiona sobre uma nova justiça, qual deve ser sua instância de julgamento? A opinião. Seu problema não era fazer com que as pessoas fossem punidas, mas que nem pudessem agir mal, de tanto que se sentiram mergulhadas, imersas em um campo de visibilidade total em que a opinião dos ou-

tros, o olhar dos outros, o discurso dos outros os impediria de fazer o mal ou o nocivo. Isto está constantemente presente nos textos da Revolução.

M.P.: O contexto imediato desempenhou assim seu papel na adoção do panopticon pela Revolução; na época, o problema das prisões está na ordem do dia. A partir dos anos 1770, na Inglaterra como na França, existe uma grande inquietação a este respeito; a investigação de Howard sobre as prisões, traduzida para o francês em 1788, nos permite ver isto. Hospitais e prisões são dois grandes temas de discussão nos salões parisienses, nos círculos esclarecidos. Tornou-se escandaloso o fato de as prisões serem o que são: uma escola do vício e do crime; e lugares que, de tão desprovidos de higiene, causam morte. Médicos começam a dizer como o corpo se destrói, se desgasta em tais lugares. A Revolução Francesa realiza, por sua vez, uma investigação em escala europeia. Um certo Duquesnoy é encarregado de fazer um relatório sobre os estabelecimentos chamados “de humanidade”, expressão que recobre hospitais e prisões.

M. F.: Um medo assombrou a segunda metade do século XVIII: o espaço escuro, o anteparo de escuridão que impede a total visibilidade das coisas, das pessoas, das verdades. Dissolver os fragmentos de noite que se opõem à luz, fazer com que não haja mais espaço escuro na sociedade, demolir estas câmaras escuras onde se fomentam o arbitrário político, os caprichos da monarquia, as superstições religiosas, os complôs dos tiranos e dos padres, as ilusões da ignorância, as epidemias. Os castelos, os hospitais, os cemitérios, as prisões, os conventos, muito antes da Revolução, suscitaram uma desconfiança ou um ódio que implicaram sua supervalorização: a nova ordem política e moral não pode se instaurar sem sua eliminação. Os romances de terror, na época da Revolução, desenvolvem uma visão fantástica da muralha, do escuro, do esconderijo e da masmorra, que abrigam, em uma simplicidade significativa, os saltadores e os aristocratas, os monges e os traidores: as paisagens de Ann Radcliffe são montanhas, florestas, cavernas, castelos em ruína, conventos de escuridão e silêncio amedrontadores. Ora, estes espaços imaginários são como a “contra-figura” das transparências e das visibilidades que se quer estabelecer. Este reino da “opinião”, invocado com tanta frequência nesta época, é um tipo de funcionamento em que o poder poderá se exercer pelo simples fato de que as coisas serão sabidas e de que as pessoas serão vistas por um tipo de olhar imediato, coletivo e anôni-

mo. Um poder cuja instância principal fosse a opinião não poderia tolerar regiões de escuridão. Se o projeto de Bentham despertou interesse, foi porque ele fornecia a fórmula, aplicável a muitos domínios diferentes, de um “poder exercendo-se por transparências”, de uma dominação por “iluminação”. O panopticon é mais ou menos a forma do “castelo” (torre cercada de muralhas) utilizada paradoxalmente para criar um espaço de legibilidade detalhada.

J.-P.B.: Foram igualmente os lugares escuros no homem que o Século das Luzes quis ver desaparecer.

M. F.: Exatamente.

M.P.: Ao mesmo tempo, as técnicas de poder no interior do panopticon são realmente surpreendentes. Trata-se essencialmente do olhar; e também da palavra, pois existem os famosos tubos de aço – extraordinária invenção – que ligam o inspetor principal a cada cela onde se encontram, nos diz Bentham, não um prisioneiro, mas pequenos grupos de prisioneiros. Finalmente, a importância da dissuasão, muito enfatizada no texto de Bentham: “É preciso, diz ele, estar incessantemente sob o olhar de um inspetor; isto na verdade significa perder a capacidade de fazer o mal e quase perder o pensamento de querê-lo”; nós estamos no âmago das preocupações da Revolução: impedir as pessoas de fazerem o mal, tirar-lhes o desejo de cometê-lo; tudo poderia ser assim resumido: não poder e não querer.

M. F.: Existe aí duas coisas: o olhar e a interiorização; no fundo, não será o problema do custo do poder? O poder, na verdade, não se exerce sem que custe alguma coisa. Existe evidentemente o custo econômico e Bentham fala sobre ele: quantos vigias serão necessários? Conseqüentemente, quanto a máquina custará? Mas existe também o custo propriamente político. Se a violência for grande, há o risco de provocar revoltas; ou, se a intervenção for muito descontínua, há o risco de permitir o desenvolvimento, nos intervalos, dos fenômenos de resistência, de desobediência, de custo político elevado. Era assim que funcionava o poder monárquico. Por exemplo, a justiça só poderia uma proporção irrisória de criminosos; ela se utilizava do fato para dizer: é preciso que a punição seja espetacular para que os outros tenham medo. Portanto, poder violento e que devia, pela virtude de seu exemplo, assegurar funções de continuidade. A isto os novos teóricos do século XIX respondem: é um poder muito oneroso e com poucos resultados. Fazem-se grandes despesas de violência que tem

pouco valor de exemplo; fica-se mesmo obrigado a multiplicar as violências e, assim multiplicam-se as revoltas.

M.P.: Foi o que aconteceu com as revoltas de cadafalso.

M.F.: Já o olhar vai exigir muito pouca despesa. Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório. Quando Bentham pensa tê-la descoberto, ele pensa ser o ovo de Colombo na ordem da política, uma fórmula exatamente inversa daquela do poder monárquico. Na verdade, nas técnicas de poder desenvolvidas na época moderna, o olhar teve uma grande importância mas, como eu disse, está longe de ser a única e mesmo a principal instrumentação colocada em prática.

M.P.: A este respeito, parece que Bentham coloca a questão do poder sobretudo em relação a pequenos grupos. Por que? Será porque ele diz: a parte já é o todo; se o resultado é bom ao nível do grupo, será possível estendê-lo ao conjunto social? Ou será que o conjunto social, o poder ao nível do conjunto social são dados que no momento não são concebíveis? Por que?

M.F.: É o problema de evitar os choques, as interrupções; como também os obstáculos que, no Antigo Regime, os corpos constituídos, os privilégios de certas categorias, do clero às corporações, passando pelo corpo dos magistrados, representavam para as decisões do poder. A burguesia compreende perfeitamente que uma nova legislação ou uma nova constituição não serão suficientes para garantir sua hegemonia; ela compreende que deve inventar uma nova tecnologia que assegurará a irrigação dos efeitos do poder por todo o corpo social, até mesmo em suas menores partículas. E foi assim que a burguesia fez não somente uma revolução política: ela soube inventar uma hegemonia social que nunca mais perdeu. Eis porque todas estas invenções foram tão importantes e Bentham, sem dúvida, um dos inventores de tecnologia do poder mais exemplares.

J.-P.B.: Entretanto, não se percebe se o espaço organizado da forma como Bentham preconiza pode ser utilizado por qualquer um, além daqueles que estão na torre central ou que a visitam. Tem-se a im-

pressão de estar na presença de um mundo infernal do qual ninguém pode escapar, tanto os que olham quanto os que são olhados.

M.F.: Sem dúvida é o que há de diabólico nesta idéia assim como em todas as suas concretizações. Não se tem neste caso uma força que seria inteiramente dada a alguém e que este alguém exerceria isoladamente, totalmente sobre os outros; é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. Isto me parece ser a característica das sociedades que se instauram no século XIX. O poder não é substancialmente identificado com um indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido a seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular. Logicamente, nesta máquina ninguém ocupa o mesmo lugar; alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De modo que eles podem assegurar uma dominação de classe, na medida em que dissociam o poder do domínio individual.

M.P.: O funcionamento do panopticon é, deste ponto de vista, um pouco contraditório. Tem-se o inspetor principal que, da torre central, vigia os prisioneiros. Mas ele também vigia muito seus subalternos, ou seja, o pessoal responsável pelo enquadramento; este inspetor principal não tem nenhuma confiança nos vigias. São mesmo de desprezo as palavras com que ele se dirige a eles que, entretanto, supõem-se serem próximos dele. Pensamento, neste caso, aristocrático!

Mas tenho também uma observação a fazer a respeito do pessoal responsável pelo enquadramento: ele foi um problema para a sociedade industrial. Encontrar os contramestres, os engenheiros capazes de arregimentar e de vigiar as fábricas não foi fácil para o patronato.

M.F.: É um problema importante que se coloca no século XVIII. Podemos ver isto claramente no caso do exército, quando foi necessário constituir um "suboficialato" que tivesse os conhecimentos exatos necessários para enquadrar eficazmente as tropas no momento das manobras táticas, muitas vezes difíceis, ainda mais difíceis porque o fuzil tinha sido aperfeiçoado. Os movimentos, os deslocamentos, as linhas, as caminhadas exigiam este pessoal disciplinar. Depois as oficinas colocaram, à sua maneira, o mesmo problema; a escola também, com seus mestres, seus professores, seus vigias. A Igreja era então um dos raros corpos sociais em que os pequenos quadros compe-

centes existiam. O religioso nem muito alfabetizado nem completamente ignorante, o cura, o vigário entraram em ação quando foi preciso escolarizar centenas de milhares de crianças. O Estado só conseguiu ter pequenos quadros semelhantes muito mais tarde. O mesmo no caso dos hospitais. Não há muito tempo o pessoal responsável pelo enquadramento no hospital ainda era constituído em grande maioria pelas religiosas.

M.P.: Estas mesmas religiosas desempenharam um papel importante na criação de uma mão-de-obra feminina: trata-se dos famosos internatos do século XIX em que um pessoal feminino habitava e trabalhava sob o controle de religiosas especialmente formadas para exercer a disciplina fabril.

Não se pode isentar o panopticon de tais preocupações, quando se constata que existe esta vigilância do inspetor principal sobre o pessoal responsável pelo enquadramento e, pelas janelas da torre, a vigilância sobre todos, sucessão ininterrupta de olhares que lembra o "cada camarada torna-se um vigia", a ponto de se ter realmente a impressão um pouco vertiginosa de se estar na presença de uma invenção que não seria dominada nem pelo próprio criador. E foi Bentham que, no início, quis confiar em um poder único: o poder central. Mas, ao ler Bentham, fica a pergunta: quem ele coloca na torre? Será o olho de Deus? Mas Deus está pouco presente em seu texto; a religião só tem um papel de utilidade. Então, quem? Afinal de contas, é preciso dizer que o próprio Bentham não vê bem a quem confiar o poder.

M.F.: Ele não pode confiar em ninguém na medida em que ninguém pode ou deve ser aquilo que o rei era no antigo sistema, isto é, fonte de poder e justiça. A teoria da monarquia o exigia. Era preciso confiar no rei. Por sua própria existência, desejada por Deus, ele era fonte de justiça, de lei, de poder. Em sua pessoa o poder só podia ser bom; um mau rei equivalia a um acidente da história ou a um castigo do soberano absolutamente bom, Deus. Já não se pode confiar em ninguém se o poder é organizado como uma máquina funcionando de acordo com engrenagens complexas, em que é o lugar de cada um que é determinante, não sua natureza. Se a máquina fosse de tal forma que alguém estivesse fora dela ou só tivesse a responsabilidade de sua gestão, o poder se identificaria a um homem e se voltaria a um poder de tipo monárquico. No panopticon, cada um, de acordo com seu lugar, é vigiado por todos ou por alguns outros; trata-se de um

aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto. A perfeição da vigilância é uma soma de malevolências.

J.-P.B.: Uma maquinaria diabólica, como você disse, que não poupa ninguém. Talvez seja a imagem do poder atualmente. Mas como você acha que se pode chegar a este ponto? Devido a qual vontade? E de quem?

M.F.: A questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado. O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado. Não se pode entender o desenvolvimento das forças produtivas próprias ao capitalismo, nem imaginar seu desenvolvimento tecnológico sem a existência, ao mesmo tempo, dos aparelhos de poder. No caso, por exemplo, da divisão do trabalho nas grandes oficinas do século XVIII, como se teria chegado a esta repartição das tarefas se não tivesse ocorrido uma nova distribuição do poder no próprio nível da organização das forças produtivas? O mesmo se poderia dizer em relação ao exército moderno: não foi suficiente um outro tipo de armamento e uma outra forma de recrutamento; foi preciso também esta nova distribuição do poder que se chama a disciplina, com suas hierarquias, seus enquadramentos, suas inspeções, seus exercícios, seus condicionamentos e adestramentos. Sem o que o exército, tal como funcionou desde o século XVII, não teria existido.

J.-P.B.: Entretanto, alguém ou alguns impulsionam ou não o conjunto?

M.F.: É preciso fazer uma distinção. É evidente que, em um dispositivo como um exército ou uma oficina, ou um outro tipo de instituição, a rede do poder possui uma forma piramidal. Existe portanto um ápice; mas, mesmo em um caso tão simples como este, este "ápice" não é a "fonte" ou o "princípio" de onde todo o poder derivaria como de um foco luminoso (esta é a imagem que a monarquia faz dela própria). O ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em uma relação de apoio e de condicionamento recíprocos; eles se "sustentam" (o poder, "chantagem" mútua e indefinida). Mas se você me pergunta: esta nova tecnologia de poder historicamente teve origem em um indivíduo ou em um grupo determinado de indivíduos que teriam decidido aplicá-la para servir a seus interesses e tornar o corpo social passível de ser utilizados por elas, eu responderia: não.

Estas táticas foram inventadas, organizadas a partir de condições locais e de urgências particulares. Elas se delinearam por partes antes que uma estratégia de classe as solidificasse em amplos conjuntos coerentes. É preciso assinalar, além disso, que estes conjuntos não consistem em uma homogeneização, mas muito mais em uma articulação complexa através da qual os diferentes mecanismos de poder procuram apoiar-se, mantendo sua especificidade. A articulação atual entre família, medicina, psiquiatria, psicanálise, escola, justiça, a respeito das crianças, não homogeneiza estas instâncias diferentes, mas estabelece entre elas conexões, repercussões, complementaridades, delimitações, que supõem que cada uma mantenha, até certo ponto, suas modalidades próprias.

M.P.: Você se volta contra a idéia de um poder que seria uma superestrutura, mas não contra a idéia de que este poder é, de alguma forma, consubstancial ao desenvolvimento das forças produtivas; ele faz parte deste desenvolvimento.

M.F.: Certamente. E ele se transforma continuamente junto com elas. O panopticon era uma utopia-programa. Mas já na época de Bentham, o tema de um poder espacializante, vidente, imobilizante, em suma, disciplinar, era de fato extrapolado por mecanismos muito mais sutis que permitiam a regulamentação dos fenômenos da população, o controle de suas oscilações, a compensação de suas irregularidades. Bentham é "arcaizante" pela importância que ele dá ao olhar; é muito moderno pela importância que dá às técnicas de poder em geral.

M.P.: Não existe Estado global, existem micro-sociedades, microcosmos que se instalaram.

J.-P.B.: A partir daí, é preciso, face ao desdobramento do panopticon, questionar a sociedade industrial? Ou é preciso fazer da sociedade capitalista seu responsável?

M.F.: Sociedade industrial ou sociedade capitalista? Eu não saberia responder, a não ser dizendo que estas formas de poder também podem ser encontradas nas sociedades socialistas; a transferência foi imediata. Mas a este respeito, preferiria que a historiadora respondesse em meu lugar.

M.P.: É verdade que a acumulação de capital se fez através de uma
222

tecnologia industrial e da instauração de um aparelho de poder. Mas não é menos verdade que um processo semelhante se encontra na sociedade socialista soviética. O estalinismo, em certos aspectos, corresponde a um período de acumulação do capital e de instauração de um poder forte.

J.-P.B.: Encontramos, de passagem, a noção de lucro; neste sentido, a máquina desumana de Bentham se mostra preciosa, ao menos para alguns.

M.F.: Evidentemente! É preciso ter o otimismo um pouco ingênuo dos *dandys* do século XIX para imaginar que a burguesia é estúpida. Ao contrário, é preciso contar com sua genialidade; um exemplo disto é o fato de que ela conseguiu construir máquinas de poder que instalaram circuitos de lucro, os quais por sua vez reforçam e modificam os dispositivos de poder, e isto de maneira móvel e circular. O poder feudal, funcionando sobretudo a partir da extração e da despesa, minava a si mesmo. O da burguesia se reproduz, não por conservação, mas por transformações sucessivas. Daí o fato de sua disposição não se inscrever na história como a da feudalidade. Daí ao mesmo tempo sua precariedade e sua flexibilidade inventiva. Daí a possibilidade de sua queda e da Revolução estarem quase desde o começo articuladas à sua história.

M.P.: Pode-se notar que Bentham dá uma grande importância ao trabalho, a que ele sempre volta.

M.F.: Isto se deve ao fato de que as técnicas de poder foram inventadas para responder às exigências da produção. Falo de produção em sentido amplo (pode-se tratar de "produzir" uma destruição, como no caso de exército).

J.-P.B.: Por falar nisso, quando você emprega a palavra "trabalho", em seus livros, raramente ela se refere ao trabalho produtivo.

M.F.: Acontece que me ocupei de pessoas que estavam situadas fora dos circuitos do trabalho produtivo: os loucos, os doentes, os prisioneiros e atualmente as crianças. O trabalho para eles, tal como devem realizá-lo, tem um valor sobretudo disciplinar.

J.-P.B.: O trabalho como forma de adestramento: não é sempre este o caso?
223

M.F.: Certamente! A função tripla do trabalho está sempre presente: função produtiva, função simbólica e função de adestramento, ou função disciplinar. A função produtiva é sensivelmente igual a zero nas categorias de que me ocupo, enquanto que as funções simbólica e disciplinar são muito importantes. Mas o mais freqüente é que os três componentes coabitem.

M.P.: Bentham, em todo caso, me parece bastante seguro, muito confiante na força penetrante do olhar. Fica-se mesmo com a impressão de que ele avalia mal o grau de opacidade e de resistência do material a corrigir, a reintegrar na sociedade – os famosos prisioneiros. A o mesmo tempo, o panopticon de Bentham não é um pouco a ilusão do poder?

M.F.: É a ilusão de quase todos os reformadores do século XVIII, que deram à opinião uma autoridade considerável. A opinião só podendo ser boa por ser a consciência imediata de todo o corpo social, eles acreditaram que as pessoas iriam tornar-se virtuosas pelo simples fato de serem olhadas. A opinião era para eles como que uma reatualização espontânea do contrato. Eles desconheciam as condições reais da opinião, as *media*, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão.

M.P.: Quando você diz: eles desconheciam as *media*, você quer dizer: eles desconheciam que era preciso fazê-los passar pelos *media*.

M.F.: E que estes *media* seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos. Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundiria por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar.

M.P.: De um modo geral, os pensadores desconhecem as dificuldades que encontrarão para fazer seu sistema “pegar”, eles ignoram que haverá sempre formas de escapar às malhas da rede e que as resistências desempenharão seu papel. No domínio das prisões, os detentos não foram pessoas passivas; é Bentham que nos deixa supor o contrário. O próprio discurso penitenciário se desenrola como se não houvesse ninguém frente a ele, a não ser uma tábula rasa, a não ser

pessoas a reformar e a devolver em seguida ao circuito da produção. Na realidade, existe um material – os detentos – que resiste incrivelmente. O mesmo poderia ser dito em relação ao taylorismo. Este sistema é uma extraordinária invenção de um engenheiro que quer lutar contra a vagabundagem, contra tudo que diminui o ritmo da produção. Mas pode-se colocar a questão: o taylorismo algum dia realmente funcionou?

M.F.: Efetivamente, é um outro elemento que torna Bentham irreal: a resistência efetiva das pessoas. Coisas que você, Michelle Perrot, estudou. Como as pessoas nas oficinas, nas cidades, resistiram ao sistema de vigilância e de registro contínuos? Tinham eles consciência do caráter subordinante, dominador, insuportável desta vigilância? Ou eles a aceitavam como natural? Em suma, houve revoltas contra o olhar?

M.P.: Houve revoltas contra o olhar. A repugnância dos trabalhadores em morar nas cidades operárias é um fato evidente. As cidades operárias, durante muito tempo, foram um fracasso. O mesmo em relação à repartição do tempo, tão presente no panopticon. A fábrica e seus horários durante muito tempo suscitaram uma resistência passiva que se traduziu no fato de simplesmente se faltar ao trabalho. É a história fantástica da Segunda-feira santa no século XIX, dia que os operários inventaram para poder descansar. Houve diversas formas de resistência ao sistema industrial, tanto que, em um primeiro momento, o patronato teve que recuar. Outro exemplo: os sistemas de micro-poder não se instauraram imediatamente. Este tipo de vigilância e de enquadramento desenvolveu-se primeiro nos setores mecanizados que utilizavam mulheres ou crianças, portanto pessoas habitadas a obedecer: a mulher a seu marido, a criança à sua família.

Mas nos setores, digamos *viris*, como a metalurgia, a situação é completamente diferente. O patronato não consegue instalar imediatamente seu sistema de vigilância, além de, durante a primeira metade do século XIX, delegar seus poderes. Ele se relaciona com a equipe de operários através de seu chefe, que é freqüentemente o operário mais antigo ou mais qualificado. Vê-se exercer um verdadeiro contra-poder dos operários profissionais, contra-poder que apresenta às vezes duas facetas: uma contra o patronato, em defesa da comunidade operária, e outra, às vezes, contra os próprios operários, pois o chefezinho oprime seus aprendizes ou camaradas. Na verdade, estas formas de contrapoder operário existiram até o dia em que o patro-

nato mecanizou as funções que lhe escapavam; ele pôde assim abolir o poder do operário profissional. Existem inúmeros exemplos: entre os laminadores, o chefe de oficina teve meios de resistir ao patrão até o dia em que máquinas quase automatizadas passaram a ser utilizadas. O exame visual do operário laminador, que julgava – também utilizando o olho – se o material estava no ponto, foi substituído pelo controle térmico; a leitura de um termômetro é suficiente.

M.F.: É preciso analisar o conjunto das resistências ao panopticon em termos de tática e de estratégia, vendo que cada ofensiva serve de ponto de apoio a uma contra-ofensiva. A análise dos mecanismos de poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor. Trata-se ao contrário de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque de uns e de outros.

J.-P.B.: Batalhas, ações e reações, ofensivas e contra-ofensivas: você fala como um estrategista. As resistências ao poder teriam características essencialmente físicas? Qual é o conteúdo das lutas e quais são as aspirações que nelas se manifestam?

M.F.: Trata-se na verdade de uma questão importante de teoria e de método. Uma coisa me impressiona: utiliza-se muito, em certos discursos políticos, o vocabulário das relações de força; a palavra “luta” é uma das que aparecem com mais frequência. Ora, parece-me que se hesita às vezes em tirar as consequências disto, ou mesmo em colocar o problema que está subentendido neste vocabulário: isto é, é preciso analisar estas “lutas” como as peripécias de uma guerra, é preciso decifrá-las por um código que seria o da estratégia e o da tática? A relação de forças na ordem da política é uma relação de guerra? Pessoalmente, no momento não me sinto pronto para responder afirmativa ou negativamente de forma definitiva. Só acho que a pura e simples afirmação de uma “luta” não pode servir de explicação primeira e última para a análise das relações de poder. Este tema da luta só se torna operatório se for estabelecido concretamente, e em relação a cada caso, quem está em luta, a respeito de que, como se desenrola a luta, em que lugar, com quais instrumentos e segundo que racionalidade. Em outras palavras, se o objetivo for levar a sério a afirmação de que a luta está no centro das relações de poder, é preciso perceber que a brava e velha “lógica” da contradição não é de forma alguma suficiente para elucidar os processos reais.

M.P.: Em outras palavras, e para voltar ao panopticon, Bentham

226

não projeta somente uma sociedade utópica, ele descreve também uma sociedade existente.

M.F.: Ele descreve, na utopia de um sistema geral, mecanismos específicos que realmente existem.

M.P.: E, em relação aos prisioneiros, apoderar-se da torre central não tem sentido?

M.F.: Sim. Contudo que este não seja o objetivo final da operação. Os prisioneiros fazendo funcionar o dispositivo panóptico e ocupando a torre – você acredita então que será muito melhor assim que com os vigias?

227